



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO: PSICOLOGIA/FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS

Análise Conceitual e Análise do Comportamento: Suas Relações na Discussão do Conceito de Percepção

PAULO ROBERTO CAVALCANTI

BRASÍLIA
DEZEMBRO/2008

PAULO ROBERTO CAVALCANTI

**Análise Conceitual e Análise do Comportamento: Suas Relações
na Discussão do Conceito de Percepção**

Monografia apresentada como
requisito para conclusão do curso
de Psicologia do UniCEUB -
Centro Universitário de Brasília.
Professor Orientador Doutor Carlos
Augusto Medeiros.

Brasília/DF, Dezembro de 2008.



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO: PSICOLOGIA/FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS

Esta monografia foi aprovada pela comissão
examinadora composta por:

Professor Doutor Carlos Augusto Medeiros

Professor Mestre Rodrigo Gomide Baquero

Professor Mestre Rogério Lopes

A menção final obtida foi:

BRASÍLIA
DEZEMBRO/2008

Agradecimento

Ao professor Carlos Augusto Medeiros, que com seu grande domínio do conteúdo da análise do comportamento, me prestou muitos ensinamentos ao longo da elaboração de minha monografia. Seus comentários, contribuições e também sua paciência e prestatividade, foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

Ao professor Rogério Lopes, pelo conhecimento de análise conceitual e epistemologia que compartilhou comigo. Bem como pelas múltiplas referências e autores, e por ter me ajudado com diversas discussões sobre o assunto, não só recentemente, mas ao longo de todo o curso.

Aos professores, membros da banca examinadora, pelo tempo e dedicação despendidos na análise de minha monografia. Agradeço antecipadamente pela atenção no exame, assim como pelas possíveis contribuições que farão para o melhoramento de meu trabalho.

A minha namorada, Thay. Muito desta monografia é por sua causa, pois além de ter me ajudado com a escolha do tema, me incentivou em diversos momentos a manter o foco nos meus estudos e na conclusão deste trabalho.

A minha avó, Mabel Cavalcanti. Comecei esta faculdade pelo seu modelo irretocável de pessoa e profissional, apaixonada em tudo. Portanto, não poderia deixar de agradecê-la agora que finalmente concluo esta etapa da vida.

A minha querida Mãe, Sylvia. Que merece um agradecimento mais do que ninguém, até porque pagou a minha faculdade durante quase uma década. Obrigado por ser um exemplo para mim, por ter tido tanta paciência, e por seu amor incondicional.

SUMÁRIO

Resumo -----	iv
Introdução -----	1
Capítulo 1 – Análise Conceitual -----	4
Capítulo 2 – Percepção -----	16
2.1 – Princípios Comportamentais -----	16
2.2 – Teoria da Cópia -----	25
2.3 – A Percepção na Análise do Comportamento -----	27
Capítulo 3 – Análise Conceitual e a Teoria da Percepção de Skinner-----	32
3.1 – Discussões Conceituais e Análise do Comportamento-----	32
3.2 – Análise Conceitual da Percepção na Linguagem Cotidiana -----	38
3.3 – Percepção e Comportamento Perceptual -----	43
Conclusão -----	49
Referências Bibliográficas-----	54

Resumo

O conceito de percepção possui uma longa história na psicologia e em outras áreas do conhecimento. A análise do comportamento também se interessa pelo tema da percepção, mas o delimita de forma diferenciada, a partir de seus próprios elementos teóricos, e atribui outro nome e características ao conceito, que é comportamento perceptual. Este trabalho se destina a relacionar a análise conceitual e a psicologia, abrindo o espaço para discussões acerca das revisões conceituais, e estabelecendo sua relevância para o desenvolvimento epistemológico da psicologia. Para isso busca-se relacionar a análise conceitual da percepção com o comportamento perceptual delimitado de Skinner. O propósito é observar as relações entre linguagem cotidiana e o discurso comportamental, assim como a fundamentação teórica de Skinner interage com o discurso de teóricos da análise conceitual. A análise conceitual reconduz as palavras às suas características essenciais pela investigação de seus usos cotidianos. Neste trabalho se demonstra as principais técnicas de análise conceitual, e também se discute como os equívocos conceituais prejudicam o desenvolvimento da psicologia, pois a partir destes equívocos, se estabelecem enunciados e categorias confusas ou reificadas. Para que o conceito de percepção do uso coloquial seja colocado em perspectiva com a análise do comportamento, definem-se os princípios comportamentais mais centrais para a delimitação da proposta de Skinner sobre a percepção. O autor compreende a percepção como uma classe de comportamentos explicada em termos de controle de estímulos. Portanto diversos comportamentos de função discriminativa são delimitados como sendo perceptuais. Muito da teoria de Skinner se baseia em um contraponto à teoria da cópia, que trata a percepção como um evento mental. Neste ponto é possível observar a maior parte do trabalho conceitual do autor. Por fim este estudo constrói relações entre o conceito de percepção cotidiano e a proposta skinneriana, com o intuito de demonstrar que estes conceitos possuem elementos congruentes. Também se discute a relevância e necessidade do diálogo de nível conceitual na psicologia, pois este tipo de trabalho pode contribuir para o refinamento dos enunciados da análise do comportamento, tornando a abordagem mais sólida em suas bases epistemológicas.

Palavras Chave: análise conceitual, análise do comportamento, percepção.

A percepção é um conceito que permeia diversas abordagens da psicologia, e motiva a construção de pesquisas e teorias, na tentativa de explicar seus processos. Wilhelm Wundt, considerado o pai da psicologia experimental, em 1879 fundou o primeiro laboratório experimental de psicologia e com isso desenvolveu diversos métodos e teorias com o intuito de investigar processos psicológicos, dentre estes, um dos principais era a percepção.

As pesquisas de Wundt influenciaram de maneira decisiva o Estruturalismo de Tichener, que abordava a percepção como questão proeminente em seus estudos. Outro exemplo do histórico da percepção na disciplina da psicologia, pode ser observado nas discussões da abordagem da Psicologia da Gestalt, que também trata a percepção como matéria central em sua disciplina.

A análise do comportamento, que possui em Skinner um de seus mais importantes representantes, trata do tema da percepção de forma diferenciada. A análise do comportamento quebra diversos paradigmas na maneira com que se afasta do senso comum e delimita o seu objeto de estudo. Aqui neste trabalho será possível vislumbrar relevantes considerações que Skinner elaborou a respeito do conceito de percepção.

A percepção não é tema exclusivo da psicologia, pelo contrário, a filosofia, que possui uma origem muito anterior à psicologia, também demonstra interesse em discutir este conceito. Filósofos como Descartes, Platão, e John Locke dedicaram parte de suas obras na elaboração de teorias relacionadas à forma como o homem percebe a realidade.

No que se concerne à filosofia, o que mais interessa na formulação deste trabalho, são as discussões epistemológicas que esta aborda. Wittgenstein, que foi um importante teórico representante da filosofia analítica, influenciou diversos outros estudiosos com as suas discussões sobre a análise conceitual. A partir desta influência, as universidades de Cambridge e Oxford se tornaram referências em trabalhos da análise de conceitos, sendo

sedes de autores como Peter Strawson e Gilbert Ryle, cujas contribuições serão discutidas posteriormente aqui neste trabalho.

Os conceitos da linguagem cotidiana possuem diversos significados e funções na comunicação. Como o objeto de estudo da psicologia muitas vezes é delimitado a partir da própria linguagem cotidiana e investigado, um refinamento e uma melhor compreensão destes conceitos, pode beneficiar a disciplina como um todo.

Outro fator positivo que pode surgir de discussões conceituais, é o fortalecimento epistemológico da psicologia. Como será discutido posteriormente, existe a necessidade de reavaliar as bases da psicologia através de discussões conceituais, pois este tipo de estudo, geralmente é relegado a segundo plano em detrimento da produção de resultados empíricos.

Este trabalho pretende relacionar a psicologia, mais especificamente a análise do comportamento, com as discussões relativas à análise conceitual, para que então seja possível abordar o tema da percepção posposto por Skinner. O intuito é colocar a proposta skinneriana a respeito da percepção em perspectiva com o conceito da linguagem ordinária, tentando traçar suas características semelhantes e discrepantes.

É relevante a investigação do conceito de percepção, pois este é um termo que tem uma longa história na psicologia e em outras áreas do conhecimento humano como a filosofia. O fato de diversas abordagens delimitarem este conceito de forma completamente diferente, acarreta em confusões nos diálogos inter-teóricos. Portanto, o estabelecimento de parâmetros e bases conceituais mais fortes para a distinção da percepção dentro da análise do comportamento, contribui para sua delimitação em uma categoria objetiva.

O objetivo primordial deste estudo é primeiramente oferecer um espaço para a discussão conceitual, abordando o tema através de sua relevância e proximidade com a psicologia. Para que isto seja alcançado primeiramente é necessário apresentar a análise conceitual e seu papel na psicologia. Posteriormente será introduzida a teoria da percepção de

Skinner, para que então estes dois assuntos sejam relacionados, e seja possível verificar a relevância da análise do conceito cotidiano para a categoria definida por Skinner.

No capítulo um, será possível se familiarizar com a temática da análise de conceitos. Serão apresentadas a sua definição, importantes contribuições, técnicas comuns de análise conceitual, assim como relações entre a análise conceitual, a psicologia e o conhecimento científico em geral.

O capítulo dois destina-se a esclarecer os mais importantes princípios da análise do comportamento em função de se compreender a teoria de Skinner sobre a percepção. Em um segundo momento, serão demonstradas as críticas de Skinner à lógica mentalista na delimitação da percepção como uma categoria empírica. Por último, se abordará a própria definição skinneriana para o conceito de percepção.

Por fim, no terceiro capítulo, serão estabelecidas de forma mais contundente, as contribuições e relevância da análise conceitual para psicologia a partir da delimitação da percepção. Também será realizada análise conceitual do conceito cotidiano de percepção, para que então este seja comparado com a definição de Skinner sobre o tema. Desta forma, será possível observar seus pontos de congruência, e como este tipo de comparação pode beneficiar a análise do comportamento e a psicologia em sua fundamentação teórica.

Capítulo 1 – Análise Conceitual.

Este capítulo destina-se a apresentar a análise conceitual, incluindo questões relevantes diretamente relacionadas a este tema, pela necessidade de descrevê-la como uma ferramenta que será utilizada posteriormente neste trabalho. Neste se aborda a definição e função da análise de conceitos assim como técnicas comumente empregadas em sua aplicação. Também se ilustra a sua estreita relação com a filosofia, ciência em geral e psicologia, especificamente com a análise do comportamento.

A análise conceitual caracteriza-se por trabalhar essencialmente com as palavras e seus significados, porém esta afirmação pode levar a conclusões precipitadas acerca de sua real função, pois as palavras não possuem apenas um significado ou um significado intrínseco. Na verdade entende-se que as palavras só possuem um significado na medida em que estas são utilizadas no cotidiano de inúmeras maneiras, adquirindo assim, uma função e uso efetivo. Portanto, ao se realizar uma análise de conceitos, efetivamente deve-se realizar um mapeamento dos usos e definir as palavras de acordo com suas funções (Wilson, 1963/2005).

É notório que as pessoas atuam em sociedade com um repertório de conceitos extremamente rico, mesmo sem ter tido acesso uma instrução teórica e formal a respeito do assunto, pois o aprendizado ocorre de forma natural na medida em que se pratica o uso da linguagem no cotidiano. Aprende-se um conceito na medida em que se domina o uso correto deste na linguagem, o que não capacita o indivíduo a expor uma análise teórica sobre tal conceito. Domina-se a prática, mas não domina-se a teoria (Strawson, 1992/2002).

Ryle (1949/1970) aborda a distinção entre conhecimento teórico e aplicação prática diferenciando as duas questões em termos de “saber que” e “saber como”. O saber que, envolve o conhecimento de regras, teorias e o planejamento de ações. Já o saber como, é

eminentemente prático, precede a teoria e é aplicado independentemente de um conhecimento formal.

Ao se considerar esta premissa, enfatiza-se a diferença entre a análise de conceitos e a capacidade das pessoas de uso da linguagem. Observa-se que na convivência diária o que se aprende é a utilização das palavras, logo conceitos para fins de comunicação, e este processo é totalmente prático e independe de um conjunto de regras formalmente estabelecidas. Já a análise de conceitos, dificilmente se realiza sem um conhecimento formal e sem que ocorra um planejamento intelectual. Na verdade, a análise de conceitos estaria mais próxima de uma teorização acerca de como as palavras são utilizadas, reforçando o argumento de que a prática precede a formalização do conhecimento e não é dependente desta. Porém, também se destaca que a capacidade de comunicação e utilização da linguagem não habilita à realização de análise conceitual (Ryle, 1949/1970).

Esta questão também é discutida por Wilson (1963/2005), afirmando que apesar do uso das palavras ser empregado com sucesso pelas pessoas durante suas vidas para comunicação em sociedade. A análise de conceitos apresenta um desafio por quebrar paradigmas do senso comum e propor novas maneiras de visualizar e compreender as palavras, perguntas e a linguagem em geral.

Strawson (1992/2002) sustenta que a análise conceitual possui papel central na filosofia, pois uma das funções do filósofo analítico aponta para a análise de conceitos, descrevendo-a como a sua principal atividade. O autor também atesta que a tarefa filosófica de analisar, consiste em decompor idéias ou conceitos, para identificar seus elementos e como estes se relacionam. O autor ainda cita uma passagem de Wittgenstein para enfatizar seu ponto de vista sobre a relação entre filosofia analítica e análise conceitual: “O que nós fazemos é reconduzir as palavras de seu emprego metafísico ao emprego cotidiano” (Wittgenstein, 1958, citado em Strawson, 1992/2002, p.17).

Ainda no que concerne à filosofia, para Wittgenstein (1958, citado em Hacker, 1997/2000), o objeto de estudo da filosofia, portanto os problemas filosóficos originam-se na linguagem, pois os conceitos possuem inúmeros significados em uma forma semelhante. Portanto, deve-se buscar o esclarecimento do sentido das palavras, e suas explicações devem ocorrer a partir da descrição de seus usos.

Estas descrições têm o intuito de desvendar confusões conceituais, que são essencialmente questões de sentido, e com isso, através da análise de conceitos, se possibilita a resolução de questões filosóficas. Portanto, é possível se obter uma perspectiva da estrutura conceitual que originam os problemas filosóficos, e estes ocorrem por causa de abusos e do emprego errôneo dos conceitos (Wittgenstein, 1958, citado em Hacker, 1997/2000).

Também se faz necessária uma distinção entre conceitos teóricos, que são aqueles utilizados pela ciência, dos conceitos gerais que são empregados na linguagem ordinária. Uma das principais diferenças é a forma como se aprende a utilizar estes distintos tipos de conceito. Pois como já foi dito anteriormente, a habilidade de empregar conceitos em geral é adquirida com a prática diária. Porém, o jargão técnico empregado em disciplinas especializadas se obtém por meio de uma instrução formal (Strawson, 1992/2002).

De acordo com Strawson (1992/2002), apesar do aprendizado sobre conceitos teóricos ocorrer por via de uma instrução formal, isso não capacita o especialista científico a ter um conhecimento teórico acerca dos elementos que compõem os conceitos utilizados em sua disciplina. Portanto, o especialista, não é necessariamente capaz de realizar uma análise conceitual destes termos, o que pode dificultar a formulação de explicações sobre a natureza de suas pesquisas, de suas hipóteses e categorias científicas.

Diante destes aspectos, o conhecimento sobre análise conceitual se evidencia como sendo relevante para toda a ciência. Pois além dos fatores já abordados, o cientista precisa utilizar conceitos de aplicação cotidiana dentro de sua disciplina para a formulação de suas

teorias, e para isso ser realizado de forma correta, deve-se conhecer a precisa dimensão do uso dos conceitos cotidianos e como estes se relacionam com os conceitos teóricos dentro de sua área de estudo (Strawson, 1992/2002).

Como exemplo de relação entre ciência e análise conceitual, cita-se especificamente a psicologia, e mais precisamente a análise do comportamento. Uma de suas áreas de estudo, preocupa-se em investigar as categorias ou enunciados utilizados na psicologia, mais especificamente aqueles empregados pela própria análise do comportamento. Para este fim, emprega-se como principal ferramenta a análise de conceitos, com o intuito de verificar a aplicabilidade de termos, enunciados e categorias na atividade científica (Todorov, 1982). Esta descrição de atividade filosófica, mais especificamente conceitual, realizada dentro das fronteiras de uma área de conhecimento especializado, reflete e ratifica a importância da análise de conceitos para a atividade científica.

Para enfatizar a interação entre psicologia e análise conceitual, observa-se que a investigação realizada na linguagem por fontes de confusões conceituais, frequentemente se depara com diversos termos que são comuns à psicologia como mente, motivação, pensamento e raciocínio. Estes oferecem grandes desafios à análise de conceitos, pois além destas palavras se caracterizarem por usos e significados extremamente diversificados, sua própria aplicação na linguagem cotidiana é enganadora (Hacker, 1997/2000). Portanto antes da psicologia utilizar determinado jargão em suas atividades, ressalta-se a importância de uma comprometida análise conceitual, pelo fato de lidar com termos potencialmente complexos.

Ainda no que se refere à relação entre análise conceitual e a psicologia, Machado, Lourenço e Silva (2000) defendem que investigações conceituais, são tão importantes para a psicologia quanto às pesquisas sobre fatos e a elaboração de teorias. Na verdade, todas estas atividades estão conectadas e para que a psicologia se desenvolva como uma ciência sólida, todos estes três aspectos devem ser igualmente trabalhados. Porém o que se observa, com

maior frequência, são as pesquisas empíricas e a formulação de novas teorias, relegando as investigações conceituais a um segundo plano, causando um desequilíbrio no desenvolvimento epistemológico da psicologia.

Wilson (1963/2005) sustenta que a aparência de uma pergunta sobre conceitos pode ser confusa, pois o que se sabe, é que estas são a respeito dos usos das palavras e com quais critérios e princípios estes são definidos. Estas questões não são a respeito de fatos ou juízos de valor, nem mesmo são perguntas sobre o simples significado etimológico das palavras. Deve-se estar atento que os problemas conceituais, são de natureza lógica e não são definidos pela forma do enunciado de uma pergunta, como poderá ser evidenciado posteriormente, ao se abordar as técnicas de análise conceitual.

Quando se depara com questões complexas, deve-se primeiramente solucionar as possíveis confusões conceituais presentes na pergunta. Para isso, Wilson (1963/2005) descreve diversas técnicas que podem ser empregadas neste procedimento, o próprio autor adverte para o fato de que nem todas as técnicas por ele descritas são aplicáveis de forma útil a todos os casos, e dentro desta premissa destacam-se cinco técnicas que possuem aplicação e abrangência mais universal. Seriam estas: Isolar perguntas sobre conceitos; Respostas certas; Casos modelo, Contra-exemplos e Casos limítrofes.

O passo inicial para abordar problemas de ordem conceitual é isolar perguntas sobre conceitos, pois muitas vezes uma pergunta que envolve análise de conceitos não será apresentada de forma clara. Dentro de uma mesma indagação, diversas questões podem estar envolvidas, como perguntas sobre fatos e valores morais (Wilson, 1963/2005).

Para abordar o questionamento de forma correta, faz-se necessário separar as questões sobre conceitos das outras. Como exemplo, observa-se a seguinte pergunta: Você considera justa a pena de morte para crimes hediondos? Esta questão exige que se defina conceitualmente justiça, mas também implica em posicionamentos morais e conhecimento de

fatos sobre crimes e pena de morte. Como o objetivo é a análise conceitual, faz-se necessário isolar corretamente as questões para uma abordagem precisa, não entrando em méritos morais ou atestando sobre fatos, analisa-se e a natureza lógica do conceito de justiça antes de tudo. Então, se necessário, discutir às questões de moralidade ou de conhecimento sobre fatos (Wilson, 1963/2005).

A técnica de respostas certas implica na compreensão de que os conceitos não possuem um significado estático ou único, mas também não são inteiramente maleáveis, limitando-se apenas pelo agrado de quem os utiliza. Apesar das fronteiras que delimitam os conceitos não serem totalmente nítidas é possível localiza-las aproximando o conceito por comparação a outras palavras, e a partir deste raciocínio se pode enxergar melhor o cerne de um conceito. Não se trata de encontrar o significado último de um conceito, nem mesmo de banalizar seu significado de acordo com um uso arbitrário, o importante é se conscientizar que determinados casos estão mais adequados aos seus usos centrais, isolando-o de suas derivações para delimitar melhor suas fronteiras (Wilson, 1963/2005).

Este procedimento se refere mais a uma recomendação ou a algo que deve ser sempre considerado durante a análise, do que a uma técnica propriamente dita. Pois como Wilson (1963/2005) ressalta, um problema observado durante o processo de análise de conceitos, concerne ao fato das pessoas terem a pretensão e a expectativa de encontrar uma resposta definitiva para a questão conceitual. Não existem respostas certas, e sim investigações realizadas de maneira comprometida e cuidadosa.

Outro procedimento utilizado é o de casos modelo, para isto procura-se destacar casos que sejam sabidamente exemplares de um dado conceito. A partir disto, tenta-se encontrar todas as principais características deste conceito com o objetivo de observar se estas características estão presentes na maioria das ocasiões na qual o conceito é utilizado, e a partir desta observação, identificar características dispensáveis à definição do conceito. Com isto

restringe-se o campo de pesquisa, e por eliminação das características dispensáveis e da observação das que são as principais, pois se repetem em grande parte dos casos modelo, consegue-se uma aproximação mais exata da definição do conceito (Wilson, 1963/2005).

Por exemplo: Uma criança tira uma nota alta em uma prova na escola e é presenteada por seus pais com um brinquedo novo. A passagem descrita representa um caso-modelo do conceito de recompensa. Como características essenciais ao conceito, é possível identificar um indivíduo realizando uma tarefa com êxito e o recebimento de algo em troca por consequência disto, que no caso descrito, foi um brinquedo. Após a identificação destas características, o procedimento seguinte seria a construção de outros exemplos com o intuito de observar quais características se repetem, para assim delimitar o conceito de recompensa de forma mais eficiente.

Wilson (1963/2005) define outro procedimento que tem como intuito conseguir resultados semelhantes aos que se obtém com a técnica de casos modelo, mas por um viés oposto. Quando se aplica a técnica de contra-exemplos, o que se busca são os casos que são facilmente identificáveis como um emprego antagônico de um dado conceito, evidenciando sua ausência.

Neste caso, para se analisar o conceito de vitória, utiliza-se como contra-exemplo situações onde a vitória não ocorra como em casos de derrota. Para se conceituar derrota, busca-se a sua função na linguagem ordinária, e um de seus possíveis usos no cotidiano pode ser descrito da seguinte maneira: Ser superado por um oponente em uma disputa. E como exemplo, considera-se a situação em que um time de futebol perdeu uma partida por um placar de dois a zero, logo este foi derrotado por outro, que em contrapartida obteve a vitória.

O conceito de derrota e vitória, por serem antagônicos, são complementares em sua descrição, e dentro de suas características essenciais estarão contidas as descrições de seus respectivos contra-exemplos. A partir deste exemplo é possível destacar as características que

definem o contra-exemplo, e desta forma delimita-se melhor as fronteiras do conceito primeiramente pretendido, que é o de vitória.

Por fim, a técnica de casos limítrofes se justifica pela necessidade da análise de casos dúbios ou de sentido confuso, pois estes apresentam características que se assemelham ao conceito em análise, mas também apresentam discrepâncias relevantes. Para empregar esta técnica, é necessário identificar as características discrepantes ao conceito através da comparação com casos verdadeiros, para desta forma discriminar os elementos essenciais e centrais aos conceitos, daqueles que são discrepantes e dispensáveis. Muitas vezes, estas características ocasionam estranheza e confusão na aplicação de conceitos, portanto a identificação destas é essencial para uma análise conceitual cuidadosa. (Wilson, 1963/2005).

Para exemplificar, observa-se o seguinte caso limítrofe: Um time de futebol, chamado abc, jogou extremamente bem uma partida e realmente se dedicou muito, apresentando um desempenho muito superior ao do time adversário, porém, mesmo assim, o time abc perdeu o jogo pelo placar dois a zero. Os torcedores ficaram tão satisfeitos com o desempenho e dedicação do time, que apesar da derrota, o time foi considerado e celebrado como o vencedor da disputa.

Para investigar se este exemplo se encaixa dentro do conceito de vitória é necessário este seja comparado com um caso modelo. Como caso modelo de vitória, é possível considerar o seguinte uso da palavra vitória para comparação: Um time de futebol venceu a partida pelo placar de dois a zero. Ao se comparar os dois casos, conclui-se que o caso limítrofe aparenta e possui características semelhantes com o caso modelo de vitória, mas também se identificam discrepâncias. Para Wilson (1963/2005), a identificação destas diferenças auxilia na diferenciação entre os atributos que são dispensáveis ao conceito, para aqueles que são relevantes para construção de seu significado.

Strawson (1992/2002) refere-se de forma metafórica aos problemas conceituais como sendo desarranjos que precisam de tratamento, e que estes só ocorrem por que as palavras não são utilizadas de forma eficiente. O autor também enfatiza que as confusões ocorrem quando se permite que as palavras se desloquem de seu uso corrente e de sua praticidade cotidiana ou teórica, afastando-as de sua funcionalidade e propósito.

Outro fator determinante para que uma análise de conceitos seja efetuada com sucesso é a conscientização de que existem diversas armadilhas na linguagem. Uma das funções primordiais da análise de conceitos é a de capacitar seus praticantes a evitar estas armadilhas, que muitas vezes irão ocorrer pelo simples desconhecimento. Como exemplos que caracterizam armadilhas de linguagem, serão descritas a crença em objetos abstratos e o pensamento mágico (Wilson, 1963/2005).

Wilson (1963/2005) define que a armadilha de crença em objetos abstratos reflete a tendência de se interpretar palavras abstratas como se fossem objetos, tratando os conceitos como coisas que podem ser encontradas em algum lugar no mundo, nem que seja metafísico. O que evidencia a dificuldade de se encarar as palavras apenas em termos de linguagem e não como fenômenos ou coisas.

Isso deriva da forma como a comunicação e a linguagem são aprendidas e praticadas. Esta armadilha conduz a erros de formulação das próprias perguntas sobre conceitos, pois ao invés de se examinar os usos das palavras, passa-se a procurar um verdadeiro significado para o conceito. O que irá inevitavelmente levar a análises errôneas que se pautam pela busca de um significado único, onde se tenta descobri-lo como em uma caça ao tesouro (Wilson, 1963/2005).

Um exemplo claro desta armadilha se reflete em perguntas do tipo: O que é o amor? Onde está a bondade? O que é o ódio. Porém o mais importante não é o erro de concepção das perguntas, e sim a forma que estas são abordadas. Pois nesta armadilha, a tendência é a busca

pelo verdadeiro significado das palavras, como se este de fato pudesse ser encontrado. Onde na verdade, deve-se sempre analisar os conceitos em função dos seus usos.

Muitas vezes observa-se um emprego das palavras de forma rudimentar ou ingênuo, onde se demonstra uma espécie de crença em elementos de magia em detrimento do aprendizado adquirido pela razão. No pensamento mágico, os objetos e fenômenos naturais adquirem vontade própria, como se fossem pessoas ou como se fossem pilotados por pequenos seres em seu interior. Este tipo de tendência, notadamente é fonte de problemas conceituais desde os princípios da ciência e até hoje na psicologia (Wilson, 1963/2005).

Nos exemplos: “A lua passeia livremente pelo céu da noite”, e; “O amor é a força que impulsiona as pessoas”, ilustra-se o emprego do pensamento mágico. Esta utilização das palavras, caso seja interpretada de maneira literal, pode induzir à crença que de fato os objetos inanimados possuem a capacidade de se movimentar de forma proposital, ou que até mesmo palavras abstratas afetem os seres vivos de forma material. Ao se adotar a premissa de um pensamento mágico como sendo correta, toda a análise conceitual pode ser prejudicada.

Apesar de não se enquadrar nas definições de armadilha de linguagem apresentadas anteriormente, o erro de categoria descrito por Ryle (1949/1970) também é considerado como um relevante obstáculo a ser superado durante as análises e investigações conceituais realizadas nas fronteiras da filosofia e ciência. Erros de categoria podem ser identificados quando conceitos de um tipo são descritos ou considerados, de forma equivocada como pertencentes a uma outra categoria ou tipo lógico.

Ryle (1949/1970) afirma que estes erros são cometidos, em grande parte, devido a uma aplicação errônea de conceitos, por pessoas sem capacitação na utilização correta destas palavras em uma determinada língua, como por exemplo, o português.

Para elucidar a questão, o seguinte exemplo pode ser observado: Um pai leva o filho pequeno na empresa onde trabalha. Ao chegar ao local, o pai faz um passeio pelo prédio

apresentando detalhadamente ao filho todas as salas e seções da empresa, assim como seus funcionários. Ao final da demonstração o filho ainda assim pergunta: Pai, você me mostrou um monte de coisa aqui neste prédio, mas onde fica o seu trabalho?

Este erro de categoria foi cometido por uma pessoa que não possui domínio do uso do conceito de trabalho, pois não compreende suas derivações e como este é empregado nesta situação (Ryle, 1949/1970). O menino acredita que exista um local ou uma sala chamada trabalho, onde seu pai desempenha suas atividades profissionais. Porém, neste caso, o uso do conceito de trabalho se refere as seções, funcionários e estrutura física da empresa como um todo, e não apenas a um lugar específico.

Os erros de categoria também podem ser atribuídos a indivíduos competentes na aplicação de conceitos, como é possível observar no caso de erros de categoria de interesse teórico. Onde até mesmo a elaboração de teorias científicas e filosóficas podem ser desenvolvidas equivocadamente, pois os conceitos utilizados por estas áreas de conhecimento, estão sendo agregados em tipos lógicos, ou categorias, aos quais estes não pertencem (Ryle, 1949/1970).

No que concerne aos erros de categoria especificamente no ramo da psicologia, Holth (2001) contribui com a discussão. O autor argumenta que uma das principais razões pela qual a psicologia até hoje não constitui uma eficiente ciência de base para o comportamento, é que seus pesquisadores continuam simplesmente fazendo as perguntas erradas. E estes equívocos na formulação de questões de pesquisa, são derivados de confusões conceituais, principalmente de erros de categoria.

Um modelo clássico de erro de categoria de interesse teórico descrito por Ryle (1949/1970), aponta para uma doutrina que até hoje exerce grande influencia na psicologia, que é a lógica dualista cartesiana. De acordo com o autor, o maior problema desta teoria, é que os conceitos de mente e corpo são descritos como pertencendo a um mesmo tipo lógico.

Atribuindo à mente propriedades físicas e materiais como a que um corpo possui, reduzindo os processos mentais e físicos a uma mesma classe de eventos. Como se a mente, que é algo imaterial por definição, fosse capaz de afetar mecanicamente um corpo, que é algo material.

Holth (2001) não nega a existência ou relevância de uma categoria mental ou de investigações científicas sobre este tema. O que o autor salienta, assim como Ryle (1949/1970), é que o conceito de mente simplesmente não pertence ao mesmo tipo lógico que eventos comportamentais. Desta forma, Holth (2001) conclui que a persistente adoção desta premissa, prejudica o desenvolvimento da psicologia como ciência.

Capítulo 2 – Percepção.

2.1 – Princípios Comportamentais.

Para que o conceito de percepção proposto pela análise do comportamento seja compreendido adequadamente, é necessário se familiarizar com alguns elementos desta teoria. O intuito não é oferecer informações extensas acerca de toda a abordagem comportamental, portanto, apenas as idéias mais centrais e relevantes à discussão serão explanadas. Com este fim apresentam-se os conceitos de comportamento respondente, comportamento operante, reforço, punição, controle de estímulos, comportamento encoberto e comportamento precorrente.

Os comportamentos respondentes estão relacionados com o conceito de reflexo, e derivam-se de características filogenéticas de cada espécie. Assim que um estímulo eliciador é apresentado, uma determinada resposta é conseqüência deste (Catania, 1998/1999). O comportamento respondente é automaticamente eliciado sempre que o organismo é exposto a um estímulo específico, independentemente de suas conseqüências (Keller, 1954/1974).

Como exemplos de comportamentos respondentes identificam-se a contração da pupila diante de uma luz forte, a salivação quando se coloca limão na língua e a resposta de sobressalto ou susto quando se é surpreendido por um som muito alto, dentre outros. Todos os comportamentos descritos são características de diferentes espécies, e todo indivíduo é dotado com um repertório de respondentes a despeito de aprendizagem (Catania, 1998/1999).

Como parte da explicação e para melhor entendimento do conceito comportamento respondente, se justifica discorrer sobre as idéias de condicionamento respondente e generalização respondente. O condicionamento respondente também é conhecido como condicionamento pavloviano, em referência ao fisiologista russo Ivan Pavlov que em 1903

realizou experimentos nos quais não só observou o fenômeno, como também foi capaz de elaborar e descrever as condições necessárias para que este processo se estabelecesse (Millenson, 1967/1975).

Entende-se como condicionamento respondente, quando um estímulo inicialmente neutro é apresentado simultaneamente com um estímulo eliciador incondicionado durante uma quantidade variável de vezes. Esta exposição aos estímulos neutro e incondicionado de forma pareada, faz com que o estímulo neutro passe a ser capaz de produzir a mesma resposta no sujeito que o estímulo eliciador incondicionado (Keller, 1954/1974).

Por Exemplo. Um estímulo eliciador incondicionado para salivação é o alimento colocado na boca, que elicia a resposta incondicionada de salivação, que é um reflexo de origem filogenética. Já como estímulo neutro, considera-se a visão do alimento. Durante a vida, um indivíduo é exposto em diversas ocasiões ao estímulo neutro visão do alimento e ao estímulo incondicionado alimento na boca. Depois de inúmeros emparelhamentos ao longo da vida, o estímulo neutro visão do alimento passa a eliciar a resposta incondicionada de salivação, da mesma forma que a presença do alimento na boca. Ou seja, a mera visão de um alimento, faz com que o indivíduo emita a resposta de salivação.

Já a generalização respondente, corresponde a um fenômeno onde se observa que estímulos que possuem semelhança física com um estímulo eliciador previamente condicionado também eliciarão a mesma resposta (Moreira & Medeiros, 2007).

Um dos mais conhecidos exemplos de condicionamento respondente pode ser encontrado em Fester, Culbertson e Boren (1968/1978), quando os autores relatam o clássico experimento realizado por Watson e Rayner em 1920. Neste experimento uma criança foi submetida a um processo de condicionamento respondente, onde um estímulo neutro, que no caso era um rato branco, foi emparelhado com um som estridente, que é estímulo incondicionado para resposta de medo.

Como esperado, na presença do agora estímulo condicionado rato branco, a criança passou a emitir respostas condicionadas de medo. Porém em verificações posteriores, observou-se que quando confrontada com estímulos com características físicas semelhantes ao rato, à criança também passou a emitir a resposta de medo. Neste caso evidenciou-se a generalização respondente, pois elementos como bichinhos de pelúcia, pequenos animais e até mesmo barbas da cor branca, passaram a eliciar respostas de medo, mesmo sem que o indivíduo tenha sido submetido a um condicionamento específico a estes outros estímulos.

No que se refere aos comportamentos operantes, Fester e cols. (1968/1978) os definem como sendo aqueles que têm a sua frequência controlada por suas conseqüências no ambiente. Os autores consideram os operantes e os respondentes de maneira oposta, pois enquanto os comportamentos respondentes se constituem pelo ambiente produzindo ou eliciando respostas no organismo, os comportamentos operantes, por sua vez, são produzidos ou emitidos pelo sujeito se distinguindo pelo organismo alterando o ambiente. Keller (1954/1974) complementa a descrição, indicando que os comportamentos operantes equivalem a maior parte da atividade humana, e são aprendidos e selecionados por suas conseqüências.

Para ilustrar comportamento operante, é possível citar a maioria das ações realizadas pelas pessoas diariamente, como vestir roupas, dirigir para o trabalho, preparar o almoço, perguntar que horas são e muitos outros comportamentos que se caracterizam pelo indivíduo interagindo com o ambiente.

Como já foi abordado anteriormente, os comportamentos produzem conseqüências. Moreira e Medeiros (2007) afirmam que estas conseqüências são modificações no ambiente, podendo influenciar diretamente na frequência com o qual estes comportamentos serão emitidos por um indivíduo no futuro. Seja aumentando e mantendo a incidência dos comportamentos, ou reduzindo a probabilidade com que estes possam ocorrer.

Uma das conseqüências dos comportamentos é descrita como reforço ou reforçadores, e é justamente aquela que aumenta a probabilidade com que um determinado comportamento volte a acontecer (Moreira & Medeiros, 2007). Já Keller (1954/1974) define que os reforçadores abrangem uma família de estímulos que tem a propriedade de fortalecer os comportamentos que ocorrem antes de sua apresentação.

Um exemplo deste conceito pode ser observado quando uma criança começa a desenvolver seu repertório de comportamentos operantes, e aprende a pedir por um copo d'água para os pais sempre que tem sede. Este comportamento será reforçado, na medida em que a conseqüência no ambiente deste pedido seja o pai ou a mãe desta criança lhe entregando um copo com água. A água neste caso seria um estímulo conseqüente reforçador, o que fortalece e aumenta a probabilidade com que este comportamento ocorra futuramente.

Os reforçadores podem ser divididos em dois tipos, reforço positivo e reforço negativo. Aqueles eventos que adicionam algum elemento no ambiente do indivíduo, apresentando algum estímulo, são denominados reforçadores positivos (Skinner, 1953/2003). Este princípio pode ser verificado no exemplo acima, em que o comportamento da criança foi reforçado positivamente pela apresentação de um estímulo, que no caso foi o copo d'água. A adição do estímulo reforçador caracteriza a ocorrência do reforço positivo.

Já os reforçadores negativos são aqueles que fortalecem a resposta que remove ou enfraquece a exposição do organismo a uma estimulação aversiva (Keller, 1954/1974). Moreira e Medeiros (2007) contribuem para a definição de reforço negativo, afirmando que estes são conseqüências do comportamento que retiram ou evitam estímulos aversivos do ambiente.

Por exemplo, uma pessoa está usando um par de sapatos, e após algum tempo de uso, os sapatos começam a incomodar e causar dor, pois estão muito apertados. O indivíduo então descalça os sapatos, fazendo com que o desconforto acabe. Neste caso os sapatos apertados,

são estímulos aversivos. E o comportamento de retirar os sapatos foi reforçado negativamente, pois removeu um estímulo aversivo que estava presente no ambiente, o que aumenta a chance que este comportamento ocorra novamente em uma situação semelhante.

Outra consequência dos comportamentos no ambiente funciona de maneira oposta aos reforçadores, pois reduz a probabilidade com que uma determinada resposta ocorra em uma situação semelhante na qual o indivíduo foi exposto. Esta contingência se conceitua como punição, e assim como os reforçadores, também se divide em dois tipos. Estes seriam a punição positiva e punição negativa (Moreira & Medeiros, 2007).

A punição positiva é uma consequência do comportamento, que se constitui pela apresentação de um estímulo que tem como característica a redução da frequência com que este comportamento possa ocorrer futuramente (Moreira & Medeiros, 2007).

Um exemplo claro desta contingência refere-se aos pais castigando fisicamente os filhos. Se uma criança se comporta de forma considerada por eles inadequada, e como consequência desta ação a criança é castigada com palmadas por seus pais.

De acordo com as explicações de Moreira & Medeiros (2007), este indivíduo foi punido positivamente, pois seu comportamento foi seguido de um estímulo aversivo, que resultará na redução na possibilidade de ocorrência deste comportamento posteriormente. É importante notar que os estímulos só serão considerados punitivos caso se observe uma redução na frequência do comportamento que o produz.

Já como punição negativa, enquadram-se as consequências que privam o indivíduo de estímulos reforçadores, que da mesma forma como a punição positiva funciona, tende a tornar o comportamento que precede a consequência menos provável (Moreira & Medeiros, 2007).

Quando uma criança se comporta mal, fazendo travessuras ou grosserias, e por isto é proibida por seus pais de assistir desenhos animados na televisão. Esta foi punida negativamente, pois o reforçador, identificado como assistir desenhos na televisão, foi

retirado, o que irá reduzir a possibilidade de ocorrência dos comportamentos que resultam nesta consequência.

O estudo do controle de estímulos permite investigar mais profundamente o funcionamento do comportamento operante e sua interação com o ambiente. Observando não só a relação das respostas e suas consequências no ambiente, mas também interação entre os comportamentos e os estímulos que os antecedem (Sério, Andery, Gioia & Micheletto, 2004).

Para se abordar a questão do controle de estímulos é necessário se familiarizar com alguns termos. Estímulos antecedentes são aqueles que estão presentes no ambiente antes que um determinado comportamento seja emitido, portanto a presença de tais estímulos altera a probabilidade que uma resposta aconteça, variando de acordo com o histórico de reforçamento do indivíduo (Sério e cols., 2004).

As respostas não dependem apenas de suas consequências, mas também de seus estímulos antecedentes, o que torna possível prever quando um comportamento irá ocorrer com a observação dos antecedentes que a controlam. Para este fim, o estabelecimento do controle de estímulos é chamado de discriminação (Sério e cols., 2004).

Para Millenson (1967/1975), a discriminação é uma característica marcante dos organismos. Esta é definida em contraste com a generalização, pois enquanto a generalização se caracteriza por respostas iguais sob o controle de estímulos diferentes, a discriminação de estímulos habilita o organismo a responder de forma diferenciada em situações distintas. Para Sério e cols (2004) a discriminação se refere a um repertório do indivíduo, onde este se comporta diante de determinadas contingências, pois estas favorecem respostas específicas.

A discriminação compreende dois tipos de estímulos, os discriminativos e os delta. O contexto ou estímulos antecedentes que favorecem que determinado comportamento aconteça, pois este foi reforçado anteriormente em condições semelhantes, são chamados de estímulos discriminativos ou S^D (Sério e cols., 2004).

Por exemplo, em seu histórico de reforçamento, uma criança aprendeu que é mais provável que seu pai lhe dê dinheiro quando o seu time de futebol vence uma partida. Portanto o time de futebol do pai vencendo uma partida se tornou um S^D para o comportamento de pedir dinheiro ao pai, pois este comportamento foi reforçado em situações passadas na presença deste estímulo antecedente.

Já os estímulos delta ou S^Δ , correspondem a um conjunto de situações que reduzem a probabilidade que um dado comportamento ocorra, pois, neste caso, o comportamento que ocorre de forma subsequente a este estímulo não foi seguido de reforçamento (Sério e cols., 2004). Aproveitando o exemplo acima, a mesma criança aprendeu que não adianta pedir dinheiro ao pai quando o seu time de futebol perde, pois dificilmente terá o seu pedido atendido. Neste caso, a derrota do time de futebol do pai é um S^Δ para o comportamento de pedir dinheiro, pois este estímulo reduz a probabilidade que esta resposta seja reforçada.

Apesar da definição de comportamento estar normalmente relacionada a uma ação observável, nem todas as atividades humanas são passíveis de identificação por uma observação sistemática. Eventos deste tipo são chamados de comportamentos privados ou encobertos (Skinner, 1953/2003). Os eventos privados apresentam um desafio aos analistas do comportamento, pois algumas das variáveis que influenciam estes comportamentos não são acessíveis à observação de um experimentador, dificultando a análise funcional destes comportamentos.

Skinner (1953/2003) apresenta este conceito e chama atenção para o fato que eventos privados devem ser tratados da mesma forma que os públicos. Pois, esta categoria de comportamentos não possui nenhuma propriedade especial que justifique uma abordagem diferenciada ou metafísica, já que estes eventos também interagem com o ambiente sob controle de suas contingências.

Baum (1994/1999) também aborda a questão argumentando que os eventos privados devem ser entendidos como eventos comportamentais, pois estes são relacionados diretamente ao indivíduo, logo pensar, sentir e perceber são comportamentos assim como qualquer outra ação observável, diferindo apenas quanto à possibilidade de acesso por mais de uma pessoa.

Skinner (1953/2003, 1974/2006) descreve os eventos privados como todos os estímulos e respostas que afetem e sejam acessíveis apenas ao próprio indivíduo. Quando uma pessoa responde a um estímulo interno de seu organismo, como uma dor de barriga ou a sensação de fome, o indivíduo está respondendo a estímulos privados. Já os comportamentos encobertos propriamente ditos, compreendem atividades que normalmente são consideradas mentais ou cerebrais pelo senso comum, como pensar, imaginar, lembrar, raciocinar e perceber.

Para Baum (1994/1999), o pensamento pode ser descrito de forma geral como falar para si mesmo de forma imperceptível para os outros, ou seja, de forma privada. O pensamento compreende diversos usos e engloba múltiplas ações na linguagem cotidiana, e geralmente é possível descrever o pensamento através de um relato verbal. Portanto, quando um indivíduo relata que estava pensando em ir fazer compras, ele está realizando o relato verbal de um comportamento encoberto.

Skinner (1974/2006) descreve que existem algumas estratégias desenvolvidas para acessar e relatar os eventos privados. Pois, no convívio social, o indivíduo é reforçado a descrever os estímulos privados através de comparações com correlatos públicos. Por exemplo, uma criança aprende a utilizar a descrição de frio, pois observa outras pessoas relatarem verbalmente esta sensação quando uma determinada condição climática ocorre. Portanto, ao emparelhar um evento privado, que é uma sensação, a um correlato público, se estabelece uma forma de acessar eventos privados.

Apesar do relato verbal do indivíduo apresentar uma solução para a inacessibilidade dos eventos privados, é importante ressaltar que a descrição destes eventos muitas vezes pode ser imprecisa. Apesar da modelagem a que o indivíduo é submetido com o intuito de descrever suas sensações e pensamentos, a precisão destes relatos pode sofrer interferência de diversas variáveis. Muitas vezes o sujeito nunca esteve exposto a uma determinada contingência privada, logo sua descrição será apenas uma generalização de outras descrições previamente aprendidas, o que pode levar a um relato errôneo (Skinner, 1974/2006).

Exemplos claros de imprecisão na descrição podem ser observados em pessoas com um repertório verbal limitado, pois estas simplesmente não são habilitadas a relatar os eventos privados adequadamente ou apenas desconhecem as contingências internas ou externas que influenciam seus comportamentos.

Outro exemplo de fator problemático envolvendo a imprecisão do relato verbal de eventos encobertos é o comportamento descrito socialmente como mentir, que muitas vezes resulta em uma consequência ambiental, que é um reforço negativo. Pois, ao relatar eventos privados de forma distorcida, o indivíduo pode fugir ou evitar estímulos aversivos, tornando esta ação bastante freqüente no convívio social.

Quanto aos comportamentos precorrentes, estes ocorrem em ordem de aumentar a probabilidade de reforço de um comportamento que se segue. Estes desempenhos operantes produzem novos estímulos discriminativos, e dessa forma alteram a possibilidade de comportamentos que serão emitidos subsequentemente (Baum, 1994/1999).

Segundo o autor, um grande benefício que o comportamento precorrente apresenta, pode ser observado durante o processo de resolução de problemas. Pois os novos estímulos discriminativos gerados pelos precorrentes alteram o ambiente, aumentando a gama de respostas possíveis, possibilitando ao indivíduo atuar de forma sistemática com seu repertório

comportamental na realização de tarefas complexas, aumentando assim a chance de emitir a resposta que produzam uma consequência reforçadora (Baum, 1994/1999).

Se um indivíduo precisa vestir uma camisa para sair de casa e trabalhar, e antes de escolher a roupa verifica todas as camisas penduradas nos cabides enquanto as manuseia, este indivíduo estaria realizando um comportamento precorrente. O manuseio e verificação visual das camisas constituem novos estímulos discriminativos que alteram a probabilidade de sucesso no desempenho do comportamento precedente, que é a escolha da camisa.

2.2 – Teoria da Cópia.

A teoria da cópia, também chamada de teoria da representação mental, é a forma com a qual Skinner (1953/2003, 1974/2006) se refere às teorias mentalistas, notadamente utilizadas por abordagens cognitivas com o intuito de explicar o fenômeno da percepção. As discussões sobre a percepção realizadas por Skinner, se caracterizam principalmente por ser um contraponto ou uma alternativa às teorias mentalistas. Assim sendo, como o conceito defendido pela análise do comportamento se define em oposição a uma abordagem mentalista, é necessário se compreender, pelo menos em sua essência básica, do que se trata a chamada teoria da cópia, assim como algumas das considerações que Skinner faz a respeito deste assunto.

Skinner (1974/2006) sustenta que a concepção mentalista da teoria da cópia, descreve a percepção como uma captura dos estímulos do mundo, onde estes são armazenados na memória. Estas cópias da realidade são guardadas para um uso futuro, e ao serem evocadas, servem como meio de comparação quando o indivíduo se confronta com novos elementos do ambiente. Então, a partir de processos cognitivos, o indivíduo compara a sua cópia mental

com a realidade e desta forma torna-se capaz de perceber, reconhecer e distinguir diferentes elementos do mundo.

Para alcançar um nível de compreensão razoável da teoria cognitiva acerca da percepção, é necessário abordar a questão sob a perspectiva uma disciplina que a utiliza, não se limitando apenas às descrições e contrapontos feitos pela análise do comportamento.

Segundo Matlin (1983/2004), umas das principais tarefas perceptivas é o reconhecimento de objetos, e para que este processo seja realizado, os indivíduos utilizam conhecimento adquirido anteriormente para interpretar os estímulos captados pelos sentidos.

Para que um indivíduo seja capaz perceber, logo reconhecer um objeto, ele processa informações captadas pelo seu sistema visual e seu conhecimento prévio sobre o objeto, para então comparar com um processamento visual realizado anteriormente sobre um objeto semelhante. Portanto, observa-se que o mecanismo de percepção incorpora elementos externos, na forma de estímulos sensoriais, com características de um mundo interno, que no caso é o conhecimento prévio sobre o objeto armazenado na memória (Matlin, 1983/2004).

Para Matlin (1983/2004), quando um indivíduo nunca teve contato anterior com um determinado objeto, ocorre uma tarefa mais desafiadora para o sistema perceptivo, chamada de identificação do objeto. Esta atividade consiste em comparar os estímulos captados pelos sentidos com um conjunto de rótulos armazenados na memória, para desta forma tentar processar a informação a então tentar reconhecer o objeto.

Ainda discorrendo sobre a utilização de cópias mentais pela abordagem cognitiva, Pinker (1997/1999) afirma que as imagens mentais afetam a percepção de forma significativa, pois em algum lugar da mente encontram-se símbolos mentais que são inicialmente fornecidos pela visão, mas que se tornam disponíveis para todo o processamento cognitivo. A partir da interação entre visão e pensamento surgem as descrições mentais e a percepção da realidade

Segundo o autor, grande parte das pessoas dizem utilizar uma imagem mental na resolução de problemas relacionados ao reconhecimento de objetos, logo na percepção. Pois a habilidade de acessar e utilizar tais imagens cognitivas, consistem no principal recurso do indivíduo em seu contato e exploração do mundo (Pinker, 1997/1999).

Apenas com o intuito de contextualizar e localizar a discussão conceitual entre análise do comportamento e o abordagem cognitiva, aqui representada por Matlin e Pinker. Observa-se que uma das críticas ao modelo cognitivista, é que toda atividade perceptiva cria uma cópia mental do ambiente, para que então seja possível perceber o mundo a partir desta cópia. Isto leva a novos questionamentos e a problemas conceituais, pois não explica como a cópia é percebida em um primeiro momento, levando a um círculo vicioso, sugerindo que fossem criadas infinitas cópias da realidade no intuito de perceber (Lopes & Abib, 2002).

A alternativa proposta pela análise do comportamento tenta fugir de confusões conceituais, utilizando-se seu embasamento teórico para explicar a percepção em termos de comportamentos. Desta maneira, rejeitam-se os modelos mentalistas na compreensão da interação do homem com o ambiente, sempre visando identificar as variáveis ambientais que interferem e controlam este comportamento.

2.3 – A Percepção na Análise do Comportamento.

A análise do comportamento aborda as diversas atividades humanas em termos de comportamentos e com o fenômeno da percepção, não poderia ser diferente. Sérió e cols. (2004) definem a percepção como respostas operantes que sofrem o controle de estímulos antecedentes. Ou seja, o histórico de reforçamento do indivíduo exerce influencia sobre o comportamento de perceber, assim como as contingências presentes no ambiente no momento em que a resposta ocorre.

Para Skinner (1968, citando em Lopes & Abib, 2002) a explicação da percepção em termos de comportamento perceptual, considera a influência de variáveis ambientais nesta resposta, evidenciando que a questão deve ser tratada em termos de controle de estímulos e não como uma tarefa cognitiva.

Skinner (1974/2006) afirma que o ambiente afeta o organismo antes e depois que este se comporta, pois o contexto em que a resposta ocorre, o comportamento em si, assim como suas conseqüências no ambiente se relacionam para formar o histórico de reforço do indivíduo. Portanto se o comportamento é reforçado ou não em um determinado contexto, este contexto, ou estímulo antecedente, passa a exercer controle sobre este comportamento. Assim sendo, o comportamento perceptual tem relação tanto com estímulos discriminativos e estímulos delta quanto com a presença ou não de reforçadores no ambiente (Silva, 2000).

A teoria da percepção na análise do comportamento, referida de forma mais econômica como comportamento perceptual, abrange diversos comportamentos e todos estes comportamentos possuem uma relação com os princípios de controle de estímulos. A seguir, serão discutidos aspectos relevantes para a caracterização da percepção, para que seja possível compreender a proposta skinneriana para a delimitação este tema.

Na perspectiva do senso comum, o conceito de percepção tem os seus usos relacionados com os sentidos, principalmente com a visão, de modo que a percepção passa a ser tratada como um sinônimo de capacidade e apreensão sensorial. Quando um indivíduo enxerga, ele está percebendo objetos no seu campo visual ou quando este escuta, ele está percebendo sons no ambiente.

Segundo Lopes e Abib (2002), o sentido da visão é o mais relevante para o estudo do comportamento perceptual, pois em seres humanos o sentido da visão é extremamente desenvolvido, predominando sobre os outros. Ainda salientado pelos autores, a própria teoria

da cópia, que já foi discutida anteriormente, é constituída quase que exclusivamente em função de explicar como o indivíduo percebe o mundo visualmente.

Lopes e Abib (2002) descrevem que um dos aspectos da visão na análise do comportamento se refere ao caráter de reflexo incondicionado ou comportamento respondente. Portanto, este ocorre independentemente de suas conseqüências ambientais desde que seja eliciado por estímulos específicos. Porém, ao longo da vida, o comportamento de ver sofre influência ambiental submetendo-se a processos de condicionamento.

Skinner (1953/2003) afirma que a visão condicionada permite que se enxergue objetos mesmo na ausência destes. Portanto, estímulos visuais e não visuais anteriormente neutros, passam a eliciar uma resposta visual específica desde que estes estímulos tenham sido pareados em um processo de condicionamento respondente.

Por exemplo: Um menino que foi condicionado a reconhecer seu Pai devido ao emparelhamento da visão do seu Pai com o chapéu marrom que ele sempre usa, poderá ver o seu pai, quando estiver em uma situação na qual veja um chapéu semelhante. O mesmo sujeito também poderá até mesmo confundir outra pessoa com seu Pai, desde que esta pessoa esteja com um chapéu semelhante, devido ao emparelhamento estabelecido entre os estímulos chapéu marrom e Pai.

No exemplo acima, quando o menino entra em contato com o estímulo chapéu marrom, este elicia o comportamento de visão condicionada do pai. Silva (2000) sublinha que dentro do paradigma da análise do comportamento, o comportamento de ver na ausência da coisa vista, diz respeito a um comportamento perceptual encoberto, ocorrendo e variando diante do histórico de condicionamento de cada indivíduo.

Um dos usos que Skinner (1974/2006) faz da expressão “ver na ausência da coisa vista”, descreve o que muitas pessoas relatam como lembrança. Neste caso os indivíduos

estão sob o controle de estímulos que produzem a resposta de visão condicionada, que culturalmente se aprende a descrever como lembrança.

Skinner (1953/2003) também enfatiza que a simples visão de um determinado objeto pode ser reforçadora. Isto ocorre devido a conseqüências reforçadoras que ocorreram na presença do estímulo visual, tornando este estímulo um reforçador condicionado.

De acordo com esta premissa, Skinner (1974/2006) afirma que a visão também possui uma função operante, pois proporciona acesso, de forma encoberta, ao reforçador visual. Portanto o comportamento de ver, mesmo sem a presença do objeto, passa a ser emitido e mantido por suas conseqüências reforçadoras. O que também se relaciona com o comportamento perceptual, de modo que os indivíduos terão uma tendência a discriminar com mais freqüência, estímulos visuais que sejam reforçadores (Lopes & Abib, 2002).

Lopes e Abib (2002) discutem o caráter operante do comportamento perceptual, que também pode ser ilustrado quando o indivíduo utiliza a sua visão para tentar discriminar estímulos presentes no ambiente. Isto pode eventualmente resultar em conseqüências reforçadoras que manterão este comportamento, este tipo de comportamento é comumente nomeado de procurar ou prestar atenção.

Por exemplo: Um indivíduo diz estar prestando atenção a um programa de televisão, pois neste programa aparecem diversas atrizes bonitas usando apenas biquínis, e ele espera ver alguma delas. Neste caso, a visão das mulheres de biquíni constitui um reforçador condicionado, e quando o indivíduo assiste ao programa, prestando atenção para tentar ver especificamente estas atrizes, o indivíduo está realizando um comportamento perceptual de forma operante.

Lopes e Abib (2002) consideram que a abrangência do conceito de percepção como um evento privado, permite que se trate o comportamento perceptual como um importante comportamento precorrente com o qual o indivíduo interage com o ambiente. Portanto,

mesmo que o comportamento perceptual precorrente não seja diretamente reforçado, ele aumenta a probabilidade de reforço da resposta subsequente.

Um exemplo claro de percepção como comportamento precorrente pode ser observado na resolução de problemas. Ao atravessar uma rua, um indivíduo emite o comportamento de olhar para os dois lados da rua antes de começar a atravessar. Neste caso o comportamento de olhar para os dois lados, é um precorrente perceptivo que não resulta em conseqüências ambientais diretas. Porém, este produz estímulos discriminativos, como perceber carros em alta velocidade ou a rua vazia, que aumentam a probabilidade de reforço do comportamento subsequente, que seria atravessar a rua em segurança.

A teoria skinneriana sobre a percepção possui diversos desdobramentos e aplicações dentro da disciplina da análise do comportamento. Este tema foi abordado neste trabalho, de forma concisa, para que fosse possível delimitar sua ocorrência e natureza, assim como suas principais implicações na interação do indivíduo com o ambiente. A definição da percepção em termos de controle de estímulos possibilita um acesso objetivo e empírico a esta questão, e com isso se escapa de explicações baseadas em eventos metafísicos.

Como já foi discutido anteriormente, um dos principais objetivos de Skinner, foi desenvolver uma teoria para explicar a percepção que apresentasse vantagens em relação ao modelo proposto pela teoria da cópia. E como é salientado por Lopes e Abib (2002), uma das características vantajosas da abordagem da percepção desenvolvida por Skinner, é a possibilidade de se investigar quais variáveis interferem neste comportamento, assim como suas relações funcionais.

Capítulo 3 – Análise Conceitual e a Teoria da Percepção de Skinner.

3.1 – Discussões Conceituais e Análise do Comportamento.

Como já foi citado anteriormente, autores como Machado, Lourenço e Silva (2000) defendem que o desenvolvimento adequado da psicologia, e especificamente da análise do comportamento, deveria se basear em pesquisas não apenas sobre fatos e a elaboração de teorias, mas também em estudos epistemológicos e conceituais. Os autores sustentam que as pesquisas sobre fatos e a criação de novas teorias e abordagens suplantam em muito os estudos de caráter epistemológico e conceitual, o que contribui para que a psicologia não possua um status consolidado de ciência nos dias de hoje.

Apesar de não se constituir de uma extensa revisão conceitual, o presente estudo visa contribuir para os estudos no campo da análise conceitual na análise do comportamento. Não existe a pretensão de esgotar o tema, mas sim de propor o diálogo, abrindo espaço para discussões conceituais no âmbito da psicologia e principalmente no Behaviorismo Radical.

No presente capítulo, procura-se relacionar o conhecimento e as técnicas de análise conceitual com a teoria da percepção proposta por Skinner. Esta proposta busca identificar se na elaboração de sua teoria, o autor recorreu a discussões conceituais e que características a categoria empírica delimitada por ele, que é o comportamento perceptual, tem em comum com o conceito de percepção utilizado na linguagem ordinária.

O conceito de percepção não possui espaço no jargão técnico da análise do comportamento. Este possui origem na linguagem coloquial, e grande parte do esforço de Skinner é destinado a afastar os enunciados utilizados em sua teoria dos conceitos utilizados pela linguagem cotidiana. Outro fator relevante, é que o tema da percepção é alvo de diversas

abordagens em psicologia e até mesmo da filosofia e por isso, este conceito está associado a diversas idéias que prejudicam o seu tratamento como uma categoria empírica.

Uma das idéias associadas à percepção é justamente a teoria da cópia, que foi discutida no capítulo anterior. Apesar do foco da descrição desta teoria ter sido mais voltado a abordagem cognitiva, muitas áreas do conhecimento, e até mesmo o senso comum, utilizam algumas das premissas que caracterizam este tipo de discurso mentalista.

É possível observar que Skinner (1953/2003, 1974/2006) descreve diversos mecanismos da linguagem e até mesmo explicações do senso comum a respeito do comportamento, como sendo mentalistas. O paradigma comportamental utilizado pelo autor despreza a relevância de supostos eventos de natureza cognitiva, se afastando de descrições que remetam ao mundo mental, portanto, ele busca distinguir-se dos conceitos utilizados na linguagem coloquial.

Ao discutir sobre o termo percepção em sua teoria, Skinner não considera este conceito uma categoria empírica, sendo tratado apenas como uma palavra. O autor observa que aquilo que é tratado como percepção muitas vezes descreve uma classe de comportamentos, definida como comportamento perceptual.

Ao elaborar sua teoria sobre percepção, Skinner não faz referência a autores que discutem sobre questões conceituais e nem filosofia analítica. Também não é possível observar uma discussão sistemática com a aplicação de técnicas de análise conceitual no desenvolvimento de seu jargão. Apesar disso, é possível traçar alguns paralelos entre as ponderações de Skinner, e alguns temas descritos no primeiro capítulo.

Ao ponderar sobre armadilhas de linguagem, Wilson (1963/2005) chama atenção para o fato que as palavras muitas vezes confundem as pessoas, pois as pessoas são fascinadas pela linguagem. Ao utilizar uma descrição mais lírica para um problema de comunicação, o autor chama atenção para a forma com que as pessoas aprendem a se comunicar, a qual é povoada

por diversas confusões conceituais, que podem conduzir a análise de conceitos a conclusões errôneas e até mesmo a perguntas equivocadas.

Estas armadilhas de linguagem vão sendo agregadas ao termo ao longo do tempo, na medida em que este é utilizado na linguagem coloquial. Os múltiplos usos do conceito na linguagem cotidiana diversificam o seu significado, o que pode originar o emprego equivocado das palavras, pois afastam o conceito de suas características essenciais.

Ao definir a percepção como comportamento perceptual e em termos de controle de estímulos, Skinner (1974/2006) tem a intenção de se afastar da concepção coloquial e com isso, das possíveis armadilhas de linguagem descritas por Wilson, utilizando a teoria comportamental como referência. A definição do conceito de percepção em termos de comportamento permite que o autor aborde a questão de forma empírica. Conseqüentemente, o conceito pode ser operacionalizado e utilizado como uma categoria descritiva de fenômenos que compõem o objeto de estudo da análise do comportamento.

Exemplos de armadilhas de linguagem que Skinner tenta evitar com o seu tratamento objetivo do conceito de percepção, são aquelas produzidas pela própria teoria da cópia e a lógica mentalista, que costumam exercer significativa influencia sobre a linguagem cotidiana. Quando Wilson se refere à armadilha de linguagem de pensamento mágico, é possível identificar confusões conceituais que possuem relação com o paradigma mentalista, que é rejeitado pelo Behaviorismo Radical.

Por exemplo. “Ao perceber o mundo, eu o armazeno em minhas lembranças”. Esta frase representa um tipo de discurso, que pode ser facilmente observado na linguagem cotidiana. Este exemplo se enquadra como um caso de pensamento mágico delimitado por Wilson, como foi descrito no capítulo dois. E também faz referência à lógica mentalista presente na linguagem cotidiana, que Skinner busca se distanciar para obter uma categoria mais precisa, e com isso ser possível a sua investigação empírica.

Outro indício da influencia mentalista na linguagem pode ser observada nas contribuições de Pinker (1997/1999) sobre a abordagem cognitiva. Quando o autor afirma que as pessoas relatam fazer uso de imagens mentais na resolução de problemas, isto exemplifica a influencia da teoria da cópia nas concepções e comunicação do senso comum. Como já foi dito anteriormente, este tipo de referencia a categorias cognitivas, não são úteis para análise do comportamento obter um objeto de estudo e uma categoria empírica

Wilson (1963/2005) propõe que para solucionar equívocos conceituais e se afastar das armadilhas apresentadas pela linguagem, os termos devem ser depurados. E para tanto, assim como sustenta Wittgenstein (1958, citado em Strawson, 1992/2002) utiliza-se a análise conceitual, para buscar o significado das palavras em função de sua aplicação na linguagem cotidiana, portanto, as definindo em função de seus usos.

Neste ponto, Skinner faz justamente o oposto, divergindo da metodologia proposta por Wittgenstein e Wilson. Pois na verdade, Skinner ao elaborar a sua teoria acerca da percepção, abandona as concepções da linguagem cotidiana e cria novas bases para definição do conceito, com intuito de não contaminar a sua ciência com possíveis confusões conceituais derivadas da linguagem coloquial.

Este novo conceito, que é o comportamento perceptual, substitui o conceito de percepção no discurso skinneriano. As duas definições serão colocadas em perspectiva, comparando as características que estas compartilham. Pois como defende Strawson (1992/2002), o conhecimento especializado também pode ser alvo de investigações conceituais, já que este também precisa recorrer à linguagem cotidiana na elaboração de suas discussões e teorias.

Uma questão que ocupa grande parte da discussão de Skinner sobre a percepção diz respeito às explicações mentalistas acerca deste conceito, classificadas pelo autor como teoria da cópia. Para o autor, as explicações mentalistas são desnecessárias e imprecisas, pois

quando as pessoas se referem a explicações mentais, elas na verdade estão se reportando a descrição de comportamentos. Neste ponto, Skinner se aproxima a discussão elaborada por Ryle, já que ambos fazem referência ao pensamento como um sinônimo de comportar-se.

Skinner (1974/2006) argumenta que a abordagem da percepção pela análise do comportamento é tratada em termos de controle de estímulos. E por isso, cria meios de identificar as variáveis ambientais que interferem no grupo de comportamentos relacionados a este evento, e conseqüentemente, delimita o fenômeno fora do paradigma cognitivo.

Ao negar a necessidade do uso de cópias mentais, definindo a percepção como uma classe de comportamentos e não como uma categoria cognitiva, Skinner estabelece uma distinção entre eventos comportamentais e explicações mentalistas para o que ele chama de comportamento perceptual.

A forma com a qual a análise do comportamento aborda este assunto possibilita uma analogia com a discussão estabelecida por Ryle (1949/1970) a respeito da lógica dualista cartesiana, na qual o autor aborda a questão dos erros de categoria. O erro de categoria que interessa à presente discussão é justamente o que se refere ao tratamento de eventos mentais e eventos de comportamento como pertencendo a um mesmo tipo lógico, os reduzindo a uma mesma categoria.

Apesar de Skinner não fazer referência direta às contribuições de Ryle em sua discussão sobre percepção e até mesmo sobre pensamento, é possível estabelecer um paralelo entre os autores. Skinner não utiliza a fundamentação teórica do erro de categoria, mas acaba chegando a conclusões semelhantes às de Ryle no que concerne à utilização de termos mentalistas em detrimento de se tratar determinados eventos como comportamentos.

Para abordar o tema do comportamento perceptual, Lopes e Abib (2002) descrevem a sua relação com o conceito de pensamento, o qual já foi referido anteriormente como comportamento encoberto. Lopes e Abib citam Ryle e Skinner, pois os dois autores concluem

que a atividade mental ou cognitiva possui propriedades especiais e obscuras, e por suas características metafísicas, torna-se inacessível a uma investigação objetiva. Portanto, a proposta skinneriana, que trata eventos mentais em termos de comportamento, se prova útil, tornando estes eventos disponíveis aos métodos de investigação objetiva.

Para Lopes e Abib (2002), o pensamento possui estreita relação com a percepção. Os autores inclusive afirmam que boa parte do que se descreve como pensamento, na verdade se remete ao comportamento perceptivo encoberto, como pode ser verificado no capítulo dois.

O paradigma mentalista, que, segundo Skinner, exerce grande influência na linguagem cotidiana, trata o pensamento e a percepção como atividade cognitiva. Lopes e Abib (2002) sustentam que para a análise do comportamento, o pensar, o perceber, ou comportamento perceptual, descrevem grupos de comportamentos. Portanto estes devem ser analisados pela noção das relações funcionais entre o comportamento do indivíduo e o ambiente.

As distinções de tratamento entre Skinner e a concepção mentalista quanto à percepção, sugerem uma relação com a discussão de Holth sobre a persistência de erros de categoria na psicologia. Pois pelas afirmações de Skinner é possível concluir que a teoria da cópia, se trata de um erro de categoria, pois pensamento e percepção não podem ser investigados como atividade cognitiva, já que estes são termos descritivos de comportamentos.

É possível estabelecer um paralelo com Ryle, pois o autor argumenta que a descrição de determinados conceitos como atividades mentais é consequência de um reducionismo lógico. Este equívoco se deriva dos erros de categoria, pois na verdade, estes termos se referem a ações, que possuem propriedades físicas e materiais, e desta maneira se distinguem das características metafísicas e imateriais que são próprias do conceito de mente. Portanto relaciona-se com o discurso de Skinner, pois, para Ryle, percepção e pensamento não pertencem a uma categoria mental, e devem ser tratados como comportamentos.

3.2 – Análise Conceitual da Percepção na Linguagem Cotidiana.

É importante frisar novamente, que apesar da definição do conceito de percepção skinneriano ter origem na linguagem ordinária, este se afasta propositadamente desta. Portanto, se constitui um conceito distinto, que é chamado de comportamento perceptual. Para efetuar a análise conceitual de percepção na forma como esta é utilizada na linguagem coloquial, a teoria de Skinner não se mostra relevante. Pois o que se torna determinante para análise de um conceito deste tipo não são abordagens teóricas, e sim os seus usos no dia a dia.

Por uma questão didática, a análise conceitual será segmentada e realizada sob os enunciados de suas técnicas. Serão utilizadas as técnicas de análise conceitual descritas no primeiro capítulo deste trabalho, que são as técnicas de isolar perguntas sobre conceitos, respostas certas, casos modelo, contra-exemplos, e casos limítrofes. Para que então seja possível identificar as características mais importantes ao mapeamento do conceito, e desta forma, em um momento posterior, estabelecer de forma mais clara as suas relações com as explicações de Skinner sobre o tema da percepção.

No que se refere à utilização da técnica de isolar respostas sobre conceitos, este procedimento se destina a direcionar a investigação para uma natureza unicamente conceitual. Desta forma é possível delimitar o objeto dessa análise com o conceito de percepção, e a partir disso aplicam-se outras técnicas com o intuito de mapear as características do conceito, sempre através da investigação de seus usos cotidianos.

A técnica de respostas certas se refere mais a uma recomendação, do que a um procedimento em si. Esta técnica consiste em assumir que nenhum conceito possui um significado estático e imutável, por isso não existe uma resposta certa quando se realiza uma análise conceitual. O que existe é uma investigação realizada de forma cuidadosa, buscando as características essenciais à definição conceito (Wilson, 1963/2005).

Seguindo as premissas discutidas nos estágios anteriores do processo de investigação conceitual, se aplica a técnica de casos modelo. A análise conceitual propriamente dita, tem seu início com esta técnica, pois neste estágio da investigação, é possível esboçar algumas das principais características do conceito. Ao empregar este recurso é importante atentar ao fato de que o conceito de percepção como é utilizado na linguagem ordinária se refere tanto a um atributo ou capacidade quanto a ações realizadas por um indivíduo.

O uso cotidiano da percepção como o atributo de um indivíduo, está associado com atributos sensoriais, portanto escutar, ver e sentir são identificados como capacidades perceptivas nas descrições cotidianas. Um exemplo deste uso se reflete em frases do tipo: “Você conseguiu ver aquele carro que passou?”, “Apesar do barulho, eu escutei você chegando.”, “Vocês sentiram este vento frio?”, “Estou com muito calor”.

Apesar da palavra percepção não estar presente em todos os exemplos citados acima, todos eles se referem a um mesmo atributo, que se identifica como percepção. Como características principais aos casos modelo descritos acima, pode-se destacar o envolvimento de faculdades sensoriais e a percepção como uma reação do indivíduo a um elemento novo no ambiente. Ver o carro; Escutar o som; Sentir o frio. Todos os verbos nestes exemplos podem ser substituídos pela palavra perceber, e mesmo assim não se alteraria o sentido das frases. O que evidencia a relação da palavra perceber com uma família de palavras que descrevem capacidades sensoriais.

O uso cotidiano da percepção como a descrição de uma ação, também irá se referir, a capacidades sensoriais, como audição, tato e visão, dentre outras modalidades sensoriais. Porém uma característica deste uso difere da definição anterior, pois enquanto uma definição é identificada como uma reação a elementos da realidade, esta é identificada como uma ação propositada do indivíduo. Por exemplo: Passar a mão em uma superfície para sentir se esta é

áspera ou não; Olhar cuidadosamente uma roupa nova na procura de imperfeições; Tentar identificar algum som estranho no funcionamento do motor de um carro.

Todas estas sentenças são casos modelo de percepção, e possuem a mesma característica do exemplo anterior, que é a interação com elementos do ambiente através das faculdades sensoriais. Porém nestes exemplos, o conceito se expande na direção de comportamentos, onde o indivíduo utiliza a sua percepção, logo utiliza os seus sentidos, para explorar o ambiente.

Outros casos modelo úteis para a compreensão do conceito de percepção podem ser observados nos seguintes exemplos: Maria percebeu que a aula estava acabando, pois guardou seu material escolar; Rogério notou que João percebeu seu celular tocando, na medida em que ele atendeu a ligação; O juiz marcou gol contra ao perceber que a bola entrou no gol por um toque do zagueiro e não do atacante.

Nos exemplos acima, é possível observar uma variação nos usos da palavra percepção. Aqui o conceito é utilizado sendo comprovado por um comportamento subsequente, portanto se percebe, na medida em que um comportamento é evidência disso. Nos casos descritos só é possível afirmar que as pessoas perceberam, pois alguma ação comprova este processo, o que diversifica a compreensão do conceito e de suas características.

Com o intuito de fortalecer a discussão acerca das características essenciais ao mapeamento do conceito proposto, desenvolve-se agora a técnica de contra-exemplos. Para delimitar este exemplo é necessário ponderar sobre casos onde a percepção claramente não ocorre. Portanto um contra exemplo de percepção pode se referir a situações onde o indivíduo não é capaz ou falha em perceber algum elemento do ambiente.

É possível observar um contra-exemplo de percepção, quando um indivíduo não consegue perceber uma música em baixo volume, pois tem problemas de audição, ou se uma pessoa não consegue enxergar onde colocou as chaves do carro, pois está muito escuro.

Nestes casos, é possível identificar algumas características essenciais ao conceito que foram discutidas na técnica anterior, que é a utilização de capacidades sensoriais.

Nestes exemplos, também se evidencia que o indivíduo não consegue perceber elementos presentes no ambiente, pois não se observam comportamentos que comprovem que o indivíduo percebeu algo. Pois, nestes casos, existem fatores que interferem ou inviabilizam a apreensão do sujeito. Mais um exemplo: Rodrigo enxerga mal, e quando esquece seus óculos em casa, não consegue reconhecer as pessoas conhecidas passando por ele na rua, e por isso não as cumprimenta.

O que qualifica um contra-exemplo são casos que não representam o conceito em seu uso cotidiano. Nos contra-exemplos descritos acima, o conceito de percepção não pode ser utilizado, e só podem ser descritos no máximo de forma negativa, referindo que os indivíduos não perceberam ou não conseguiram perceber. Estes exemplos ainda possuem familiaridade com o conceito original, e por isso se tornam relevantes em uma comparação, para o mapeamento do termo investigado.

Um exemplo limítrofe possível para percepção pode ser ilustrado em expressões cotidianas que se referem a máquinas. Algumas máquinas possuem sensores para identificar luminosidade ou movimento, e de acordo com isso realizam algumas funções para as quais foram construídas. Quando uma pessoa afirma que uma máquina soa um alarme, pois esta percebeu o movimento dos ladrões, ou que as luzes se acenderam automaticamente, porque o sistema consegue perceber que anoiteceu. Observa-se uma expansão tão grande do conceito, que chega a descaracterizá-lo, pois este uso se afasta muito do cerne do conceito.

Ao se atribuir um atributo relacionado à apreensão sensorial, que é própria de alguns seres vivos, a uma máquina, isto afasta o emprego da palavra de características relevantes encontradas nos casos modelo do conceito. O fato de uma máquina conseguir interagir com o mundo, não a torna capaz de perceber, porém este uso constitui uma analogia útil na

linguagem e contribui para a compreensão dos limites de abrangência do conceito de percepção.

Outra característica que também afasta a analogia do emprego do conceito de percepção como característica das máquinas são os usos cotidianos que definem o perceber como um verbo, ou uma ação propositada. Apesar de ser possível constatar máquinas realizando ações que podem ser confundidas com apreensão sensorial, a função desempenhada por seus sensores não se referem à percepção propriamente dita. Além disso, estas ações também se afastam do caso modelo no que concerne a uma ação propositada. As máquinas possuem uma programação ou função padronizada, ou que não se enquadra na descrição de uso dos sentidos como um comportamento para interagir com o mundo.

Outro exemplo limítrofe útil para a investigação do conceito, se refere a uma expansão do uso da percepção, onde este é utilizado na linguagem cotidiana como um sinônimo de compreensão. Por exemplo, uma pessoa pergunta para outra se esta conseguiu perceber o verdadeiro significado do filme que elas acabaram de assistir. Neste caso não é possível identificar as características essenciais delimitadas nos casos modelos e contra-exemplos, que foram discutidos anteriormente. Portanto, se constata que a percepção foi utilizada como um sinônimo de outra palavra que é compreensão, e não como representação do significado de seu conceito.

Não se abordará profundamente o conceito de compreensão, mas pelo que é possível constatar no exemplo acima, compreender se refere a entender um significado, enquanto a percepção se refere à apreensão de elementos do ambiente, sendo evidenciada por comportamentos. Uma possível discussão é que de acordo com os usos cotidianos, a percepção poderia se referir a um estágio necessário para que a compreensão aconteça, e, portanto estes estariam relacionados. Porém, isto não justifica a aplicação do termo, e este exemplo representa uma grande dilatação das características do conceito, o que ajuda no

melhor mapeamento dos atributos mais importantes que delimitam as fronteiras do conceito de percepção.

Com a investigação conceitual, empregada principalmente pela utilização das técnicas de casos modelo, contra-exemplos e casos limítrofe, foi possível esboçar diversas características e usos relevantes da percepção na linguagem cotidiana. A partir deste mapeamento serão discutidas estas características, implicações e relações com a análise do comportamento e sua proposta de comportamento perceptual.

3.3 – Percepção e Comportamento Perceptual.

O processo de análise conceitual é especialmente útil ao se investigar conceitos que são discutidos pela psicologia. Muitos dos chamados fenômenos psicológicos, são delimitados a partir de palavras do cotidiano, como se toda palavra utilizada na linguagem fosse equivalente a um fenômeno, e pudesse ser transformada em uma categoria objetiva. Esta prática, que permeia diversas abordagens da psicologia, pode acarretar em problemas de ordem conceitual ou até mesmo na coisificação ou reificação de fenômenos e categorias.

A análise do comportamento adota o paradigma científico para descrever os fenômenos por ela definidos. Isto pode acarretar na idéia errônea de que os conceitos utilizados na análise do comportamento, e na ciência de uma maneira geral, estão acima da crítica de nível conceitual, pois estes conceitos representam categorias científicas, que possuem diversos experimentos elaborados sob seu enunciado. Estes conceitos são utilizados para delimitar fenômenos abordados pelas áreas da ciência. Porém, a investigação empírica de um fenômeno, não torna o conceito que o delimita necessariamente adequado em termos epistemológicos, simplesmente por este ter sido apropriado pelo discurso científico.

O fato da análise do comportamento operacionalizar os seus conceitos em termos de categorias sujeitas a investigação objetiva, não implica que estes conceitos sejam de alguma maneira imunes a equívocos conceituais. Pois como já foi ilustrado anteriormente, principalmente por Holth (2001), os erros de categoria oriundos de confusões conceituais são freqüentes na psicologia.

A comparação do conceito de percepção coloquial com o comportamento perceptual de Skinner pode ser realizada em função das características que estes compartilham ou não. Portanto, na tentativa de se investigar a relação entre os conceitos coloquial e técnico, não se deve tentar responder a perguntas conceituais por meio de resultados empíricos obtidos pela análise do comportamento. Já que os resultados empíricos se destinam a questionamentos sobre fatos, e como Wilson (1963/2005) ressalta, isso se refere a um outro nível de análise, que não é o objetivo da discussão conceitual.

Conforme já foi visto, o comportamento perceptual é definido por Skinner em termos de controle de estímulos, e esta afirmativa é o ponto de partida para compreender as características desta proposta. A partir deste princípio é possível entender o comportamento perceptual como um comportamento onde o indivíduo está sob influência tanto do ambiente quanto de seu histórico de condicionamento anterior. Desta forma, os estímulos antecedentes, o comportamento em si, assim como suas conseqüências no ambiente, interagem na sua constituição.

É possível notar que a descrição do comportamento perceptual possui aproximação com algumas características essenciais mapeadas na análise conceitual da percepção como é utilizada na linguagem cotidiana. Os usos do conceito cotidiano de percepção que se apresentam com uma comprovação, estabelecida por comportamentos subseqüentes, se aproximam da idéia de comportamento perceptual como controle de estímulos. Onde a

discriminação de determinados estímulos ambientais constituíssem em estímulos antecedentes para comportamentos operantes.

Por exemplo: O juiz marcou gol contra ao perceber que a bola entrou no gol por um toque do zagueiro e não do atacante. Neste caso modelo do conceito de percepção, que foi descrito anteriormente, é possível afirmar que a percepção de fato ocorreu, pois alguns comportamentos constituem evidência disso. Este exemplo de percepção pode ser delimitado como comportamento perceptual e logo controle de estímulos, pois o “toque do zagueiro para o gol” se qualifica como estímulo antecedente para o comportamento operante do juiz de “marcar o gol contra” que produzirá conseqüências ambientais. Portanto, neste caso, o uso cotidiano da percepção é congruente à definição skinneriana de comportamento perceptual.

Notar, observar, reagir e sentir, são típicos exemplos de palavras, que na linguagem cotidiana, são utilizadas para se referir ao conceito percepção. Este grupo de verbos em muitos casos, descreve comportamentos que estarão relacionados ao princípio de controle de estímulo.

Quando um indivíduo diz que sentiu, observou ou reagiu a algum elemento, como é possível se constatar nos casos modelo da análise conceitual, todas estas descrições se relacionam a características sensoriais e também ao conceito de percepção. Estas palavras, quando operacionalizadas em comportamentos mais precisos, em muitos casos irão se referir a comportamentos subseqüentes a um S^D ou até mesmo a um S^Δ , o que também se enquadra na descrição skinneriana de comportamento perceptual.

Os usos do conceito de percepção que foram mapeados aqui neste capítulo, muitas vezes irão se referir a reações do indivíduo ao ambiente. Porém em outros casos, o conceito se refere a ações, que geralmente são descritos na linguagem cotidiana como propositais. Nestes casos, os comportamentos propositados estão relacionados a procurar, explorar ou desempenhar outras ações que envolvam os órgãos sensoriais.

A palavra propósito, assim como intenção, não possui espaço no discurso behaviorista, pois este paradigma defende que os comportamentos não são determinados pela vontade do indivíduo e sim por suas conseqüências ambientais. Apesar da idéia de comportamento proposital não se adequar ao discurso do Behaviorismo Radical, geralmente comportamentos descritos socialmente como propositados, podem ser operacionalizados como comportamentos operantes, que apesar da concepção do senso comum, estes não são emitidos devido a uma intenção, e sim de acordo com suas conseqüências no ambiente e pelo histórico de condicionamento do indivíduo.

Neste caso, é possível encontrar uma divergência entre a definição do comportamento perceptual de Skinner e o conceito de percepção como é usado na comunicação diária. Este caso também constitui um exemplo do tipo de discurso que Skinner busca se afastar ao evitar incorporar conceitos da linguagem ordinária ao seu jargão técnico. Já que a questão da intencionalidade permeia diversos conceitos em seus usos no discurso cotidiano, constituindo em uma dificuldade para adequar os conceitos cotidianos ao paradigma comportamental.

Como já foi abordado, ao se depurar e operacionalizar comportamentos que são descritos socialmente como propositais, é possível encontrar exemplos de comportamentos operantes. Por exemplo, “Ao procurar pela minha chave, percebi que ela estava embaixo da cama” e “Observando o céu noturno, percebi a constelação do Cruzeiro do Sul”. Estes exemplos descrevem comportamentos operantes no paradigma behaviorista, e tem relação tanto com os usos do conceito de percepção na linguagem cotidiana, assim como com a definição de comportamento perceptual.

O exemplo acima, também representa uma congruência entre o que a análise do comportamento identifica como comportamento perceptual e os usos cotidianos do conceito de percepção que foram mapeados. Porém, é necessário que se trate a questão da descrição

cotidiana destes comportamentos como proposital ou intencional com ressalvas, observando que esta idéia atrapalha a delimitação de uma categoria empírica para o Behaviorismo radical.

Outro caso de conceito de percepção que não equivale ao comportamento perceptual descrito por Skinner, está exemplificado nas considerações feitas anteriormente neste capítulo, a respeito das armadilhas de linguagem delineadas por Wilson.

A frase “Ao perceber o mundo, eu o armazeno em minhas lembranças”, faz menção a eventos de natureza mental que não se adequam ao discurso comportamental. Portanto, este tipo de uso cotidiano de percepção não pode ser empregado na análise do comportamento, Pois além de ser uma descrição imprecisa de comportamento, também se refere a explicações que são utilizadas pela teoria da cópia, às quais Skinner claramente se opõe.

A relação do conceito de percepção como capacidade sensorial, que se nota em diversos casos da análise conceitual, também é observada na discussão da análise do comportamento sobre o comportamento perceptual, mas notadamente no que se refere ao sentido da visão. Todos os sentidos são relevantes para a definição do comportamento perceptual, mas como ressaltam Lopes e Abib (2002), o sentido da visão é tema central da discussão, até mesmo pelos contrapontos relativos à teoria da cópia, que utiliza metáforas visuais extensivamente.

Esta breve explanação sobre as características do conceito de percepção e a definição de comportamento perceptual, demonstra que apesar de compartilharem algumas características e até mesmo serem equivalentes em alguns aspectos. O comportamento perceptual proposto por Skinner possui propriedades únicas, e também se justifica sua criação pela necessidade de precisão que é exigida na delimitação de uma categoria empírica.

O conceito de percepção é empregado socialmente de forma ampla, com o intuito de explicar um determinado tipo de acontecimento. Este termo tem uma função muito clara, que não é de estabelecer parâmetros teóricos sobre eventos e nem a formulação de categorias de

investigação para ciência. A sua função é exercida na linguagem cotidiana e ela se destina a uma forma de comunicação entre as pessoas.

Para Skinner, apesar de ser uma fonte rica para investigação, a linguagem cotidiana faz alusão a diversos recursos mentalistas que atrapalham o tratamento dos fenômenos como comportamentos. Outro fator que deve ser levado em conta, é que os usos cotidianos de uma palavra são tão diversos e se alteram com muita frequência, dificultando que o conceito seja apropriado pela ciência de forma útil, e sem cometer equívocos epistemológicos. Portanto a operacionalização destes usos em termos de uma classe de comportamentos se faz necessária para sua investigação objetiva pela psicologia, assim como sua interpretação em uma categoria adequada ao paradigma científico.

Como foi verificado, alguns dos usos cotidianos não se adequam ao paradigma behaviorista, e por isso, são evitados ou descartados, o que também pode ter impedido que o Behaviorismo Radical se apropriasse totalmente do termo. Pois a proposta do autor está justamente voltada para a obtenção de categorias objetivas, e que principalmente estejam descontaminadas de referências mentalistas, e alguns dos usos do conceito de percepção, fazem alusão a explicações de natureza mental.

O objeto de estudo de Skinner, que possui origem no termo da linguagem cotidiana, compartilha diversas características com este conceito. A partir da discussão que se realizou neste trabalho, não seria temerário inferir que o comportamento perceptual teve sua delimitação em função dos diversos usos na linguagem ordinária do conceito de percepção. O que evidencia as relevantes contribuições da linguagem cotidiana ao jargão científico, e também ratifica a análise conceitual como uma ferramenta útil para estruturação das categorias e enunciados na psicologia e ciência em geral.

Conclusão

A discussão conceitual pode apresentar grandes benefícios para a análise do comportamento e para a psicologia como um todo. A atividade prática e empírica, como a clínica ou pesquisas de campo, possuem o foco em aplicar um conhecimento supostamente consolidado em busca de resultados. Já os estudos epistemológicos, se direcionam a questionar os próprios enunciados e categorias utilizadas dentro da disciplina, proporcionando que a ciência e o conhecimento técnico sofram constantes revisões, e desta forma, se renovem. Visto que ao investigar as bases da própria disciplina, é possível constatar se essa é sólida, ou se está baseada em conceitos frágeis que não resistem a nenhuma contestação ou diálogo interdisciplinar ou até mesmo críticas realizadas dentro da própria da abordagem.

Quando Skinner faz críticas à lógica mentalista, o autor está justamente submetendo os conceitos e premissas de outras abordagens a uma contestação conceitual, comparando com sua própria disciplina. Independentemente de ter razão ou não em suas críticas, o diálogo conceitual, que de certa forma é dialético, pressiona as áreas do conhecimento a fortalecer suas bases epistemológicas através de revisões, comparações e contestações de seus conceitos.

O comportamento perceptual posposto por Skinner está claramente definido em termos teóricos na análise do comportamento, e apresenta grande utilidade para sua disciplina, ao descrever um grupo de comportamentos. Ao afastar-se do coloquial, Skinner interpreta os conceitos cotidianos pela perspectiva da análise do comportamento, e desta forma tenta obter categorias que podem ser traduzidas em um objeto de estudo.

Quando Skinner afasta seu discurso da linguagem cotidiana ele o faz por verificar que o discurso coloquial tende a ser impreciso no que se refere ao seu objeto de estudo. Além disso, o autor em diversos momentos de sua obra, e como foi citado aqui neste trabalho,

crítica e estabelece um contraponto à lógica mentalista, que ele acredita exercer grande influência sobre os conceitos do senso comum.

Este tipo de foco é um dos diferenciais da análise do comportamento, e reduz a ocorrência de reificações ou coisificações a partir de termos da linguagem cotidiana. Já que palavras utilizadas na comunicação diária geralmente não são delimitadas como fenômenos e nem como objetos de estudo para a análise do comportamento. Todos os termos cotidianos costumam ser no mínimo operacionalizados e redefinidos através do aparato teórico comportamental.

Apesar do tratamento teórico em termos de comportamento representar um aspecto útil, principalmente no que se refere a elementos empíricos para a análise do comportamento. Não se pode afirmar que as respostas para perguntas conceituais possam ser explicadas pelo jargão científico de qualquer outra área da psicologia.

Os termos e conceitos da linguagem ordinária surgem a partir de sua função na comunicação, e devem sempre ser analisados em relação aos seus usos. Uma visão cientificista pode levar a acreditar que existe uma delimitação correta para o conceito coloquial e esta é provida pela ciência. O fato de uma abordagem se apropriar de um termo cotidiano e defini-lo em função de sua abordagem, não suplanta o fato de que seus significados estão em sua origem na linguagem ordinária.

A linguagem cotidiana constitui a referência para questões de conceitos, e as técnicas de análise conceitual contribuem para identificação das fronteiras que delimitam o termo no uso cotidiano, o que pode acarretar em reflexos positivos dentro da psicologia, tornando seus enunciados mais bem fundamentados.

Como Strawson (1992/2002) afirma, mesmo um proficiente cientista, totalmente habituado ao jargão e as atividades de sua disciplina, precisa recorrer aos conceitos provenientes da linguagem ordinária quando elabora suas teorias, até mesmo quando descreve

seus resultados de pesquisa. Este tipo de premissa proposta pela filosofia analítica, exemplifica a relação e benefícios que a análise conceitual pode trazer à ciência e atividade técnica como um todo.

Até mesmo a prática clínica pode se beneficiar do conhecimento provido pelas discussões conceituais. A própria operacionalização das descrições e do discurso informal em termos de comportamentos objetivos pode ser aprimorada por um analista do comportamento que possua habilidade em análise conceitual.

Ao ser mais atento às características essenciais das palavras e compreendendo os usos que estas podem ter na comunicação, possibilita uma operacionalização potencialmente mais precisa assim como uma compreensão melhor do discurso do cliente. E se aproveitando mais uma vez do exemplo de Strawson, por mais proficiente que um psicólogo possa ser nos conhecimentos de sua abordagem, este sempre terá que recorrer a conceitos da linguagem ordinária ao lidar com os clientes.

As relações estabelecidas aqui neste trabalho entre o conceito de percepção da linguagem ordinária e a teoria skinneriana da percepção, demonstraram que estes compartilham diversas características. O Behaviorismo não se apropria do conceito cotidiano, portanto não cria bases artificiais para a definição deste. O que ele faz é estabelecer uma analogia entre comportamento perceptual e percepção, que é, segundo Skinner, o termo cotidiano que as pessoas costumam utilizar para descrever comportamentos relacionados a controle de estímulos.

Também é possível deduzir que apesar de Skinner, considerar termos cotidianos imprecisos e contaminados pelo discurso mentalista. Como já foi visto no que concerne à percepção, é possível estabelecer uma analogia entre alguns usos cotidianos com a definição empregada pela análise do comportamento. O que demonstra que o mapeamento conceitual da percepção na linguagem ordinária e a sua utilização na análise do comportamento, pode

contribuir para a delimitação de uma categoria empírica objetiva, assim como na identificação dos comportamentos associados a esta categoria.

Outra interessante constatação refere-se à relação entre a discussão de Skinner acerca da lógica mentalista e as contribuições de Ryle sobre o mesmo tema. Até mesmo Pinker, que é um teórico da área cognitiva, estabelece relação entre os autores ao refutar diversas críticas conceituais realizadas a sua área de estudo, que possuem embasamento nas contribuições de Ryle sobre o erro de categoria.

Pinker afirma que Ryle, apesar de ser um filósofo, possui um discurso comportamentalista, desta forma, o autor coloca as críticas de Skinner e Ryle em um mesmo patamar. Portanto, não é de se estranhar que Skinner e Ryle tenham, em alguns aspectos, um discurso congruente, principalmente no que concerne aos erros de categoria provenientes da lógica mentalista.

Como já foi discutido anteriormente, Skinner, apesar de estabelecer diversos diálogos no nível epistemológico e conceitual, aparentemente não utiliza técnicas sistemáticas de análise conceitual. Assim como não faz referência às contribuições de outros autores ao estabelecer suas críticas a outras abordagens e seu objeto de estudo. Contudo, outros autores interessados na área da análise do comportamento como Lopes, Holth e Machado, que foram consultados na elaboração deste trabalho, fazem extenso uso de recursos oriundos de investigações conceituais na elaboração de suas discussões. O que reforça ainda mais a relação e relevância das investigações e revisões conceituais na psicologia e especialmente na análise do comportamento.

A partir dos temas discutidos aqui neste capítulo, é possível concluir que diversas perguntas de pesquisa podem ser elaboradas a partir de trabalhos como este. Diálogos interteóricos entre análise do comportamento e psicologia cognitiva, e revisões conceituais dos próprios enunciados da análise do comportamento, são exemplos de trabalhos relevantes que

podem ser realizados nesta área de estudo. Especificamente sobre o conceito de percepção, é possível realizar uma pesquisa bibliográfica mais ampla e aprofundada, principalmente levando em conta a consulta de outras contribuições de Ryle e também de Skinner sobre assuntos relacionados a este tema.

Este trabalho apenas arranha a superfície da discussão conceitual que pode ser empreendida dentro das fronteiras da análise do comportamento e da psicologia. Aqui foi estabelecido um recorte de relevantes assuntos relacionados à percepção e comportamento perceptual, e desta maneira, foram tratados sob a perspectiva da análise do comportamento e análise conceitual, sempre buscando seus pontos de discordância e convergência.

Este trabalho não teve como pretensão de finalizar a discussão sobre o tema com conclusões pretensamente ambiciosas ou definitivas, se é que isso é possível em diálogos de nível conceitual. Pelo contrário, o objetivo foi justamente abrir espaço para o diálogo conceitual, e a partir das conclusões alcançadas através do debate e a discussão, possivelmente encorajar futuras investigações mais aprofundadas e abrangentes. Pesquisas que abordem as bases epistemológicas da psicologia e a importância da análise conceitual para o estabelecimento de uma base sólida para o conhecimento e ciência em geral.

Referências Bibliográficas

- Baum, W. M. (1999). *Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Fester, C. B., Culbertson, S. & Boren, M. C. P. (1978). *Princípios do comportamento*. São Paulo: Hucitec.
- Hacker, P. M. S. (2000). *Wittgenstein: sobre a natureza humana*. São Paulo: Editora UNESP.
- Holth, P. (2001). The persistence of category mistakes in psychology. *Behavior and Philosophy*. 29, 203-219.
- Keller, F. S. (1974). *Aprendizagem: a teoria do reforço*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária.
- Lopes, C. A. & Abib, J. A. D. (2002) Teoria da percepção no behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 18, 2, 129-137.
- Machado, A., Lourenço, O. & Silva, F. J. (2000). Facts, concepts and theories: the shape of psychology's epistemic triangle. *Behavior and Philosophy*. 28, 1-40.
- Matlin, M. W. (2004). *Psicologia e Cognição*. 5ª ed. São Paulo: LTC.
- Moreira, M. B. & Medeiros, C. A. (2007). *Princípios básicos da análise do comportamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Millenson, J. R. (1975). *Princípios de análise do comportamento*. Brasília: Coordenada.
- Pinker, S. (1999). *Como a mente funciona*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ryle, G. (1970). *Introdução à psicologia: o conceito de espírito*. Lisboa: Moraes Editores.
- Sério, T. M. A. P., Andery, M. A., Gioia, P. A., & Micheletto, N. (2004). *Controle de estímulos e comportamento operante: uma nova introdução*. 2ª ed. São Paulo: EDUC.

- Silva, F. M. (2000). Uma análise behaviorista radical dos sonhos. *Psicologia: reflexão e Crítica*. 13, 3, 435-449.
- Skinner, B.F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. 11ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Skinner, B. F. (2006) *Sobre o behaviorismo*. 10ª ed. São Paulo: Cultrix.
- Strawson, P. F. (2002). *Análise e metafísica: uma introdução à filosofia*. São Paulo: Discurso Editorial.
- Todorov, J. C. (1982). Behaviorismo e análise experimental do comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*. 3, 10-23.
- Wilson, J. (2005). *Pensar com conceitos*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.